



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Senador Salgado Filho, 1555, - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59.015-000
Telefone: - <http://www.caern.rn.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA - CAERN - SERVIÇOS

Processo nº 03210446.000049/2025-49

REVISÃO: 04	DATA: dezembro/2025
TÍTULO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ETES, EEES, RAMAIS PREDIAIS E REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NAS CIDADES COM SES DA REGIONAL SERTÃO CENTRAL (ASSÚ, MACAU, PENDÊNCIAS, ALTO DO RODRIGUES, CARNAUBAIS, SÃO RAFAEL, PEDRO AVELINO E AFONSO BEZERRA)	

1. OBJETIVO

Constitui objeto deste Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ETES, EEES, RAMAIS PREDIAIS E REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NAS CIDADES COM SES DA REGIONAL SERTÃO CENTRAL** conforme discriminado abaixo, observadas as condições técnicas previstas no presente Termo de Referência.

Os serviços, objeto deste Termo, serão executados nas áreas de jurisdição da RSC – Regional Sertão Central, o que compreende os SESs em operação nas áreas de abrangência dos municípios de Assú, Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Carnaubais, São Rafael, Pedro Avelino e Afonso Bezerra.

2. JUSTIFICATIVA

A CAERN opera, no território da regional Sertão Central, sistemas de esgotamento sanitário em 8 municípios (Assú, Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, São Rafael, Carnaubais, Pedro Avelino e Afonso Bezerra) e, para tanto, mantém 150 km de rede coletora de esgotos e 13.820 ligações ativas nas ruas e imóveis das cidades, além de 10 ETES tipo lagoas de estabilização, 2 ETES tipo filtro anaeróbio e 16 estações elevatórias de esgotos numa área operacional própria total de aproximadamente 37,76 ha.

Existem ainda na regional 5.343 ligações de esgoto factíveis, das quais 2.828 ligações em Assú que dependem apenas de atualização da licença de operação do sistema junto ao IDEMA (está em trâmite) para serem ativadas e as demais de atualização cadastral ou de investimentos pontuais de pequeno vulto.

Quanto às ligações potenciais, está em fase de licitação a ampliação do SES de Assú com previsão de incremento de outras 1.200 ligações e temos informação que uma terceira fase de obras já está em estudo/planejamento pela DE no sentido do atingimento da meta do marco legal do saneamento, com potencial de outras 15 mil ligações na cidade. Outro sistema que vem sendo construído pela prefeitura municipal e que potencialmente irá ser operado pela CAERN é o da cidade de Alto do Rodrigues, com previsão de aproximadamente 3.800 ligações, 1 estação de tratamento de esgotos e 2 estações elevatórias.

SES's RSC - Informações Gerais								
Município	Comprimento de rede coletora (km)	Ligações			EEE	ETE lagoas	ETE Filtro anaeróbio	Área operacional total (m²)
		ligado	factível	potencial				
São Rafael	11,95	1.661	589	552	2	1		50.740,00
Pedro Avelino	15,34	1.012	186	548	2	2	1	27.844,00
Afonso Bezerra	6,41	1.458	166	652	2	1		14.527,00
Assú	48,66	476	2.828	15.509	2	1		116.062,75
Carnaubais	13,19	892	240	284	1	1		11.701,00
Alto do Rodrigues	1,19	66	43	3.818		1		1.353,00
Pendências	18,34	1.886	1.349	862	4	1		97.828,00

Macau	35,45	6.369	487	1.662	3	2	1	57.613,00
TOTAL	150,53	13.820	5.888	23.887	16	10	2	377.668,75

Diante do exposto, e considerando que:

- A maioria dos sistemas foram construídos há mais de 25 anos, demandando reparos corriqueiros, preventivos ou corretivos em caixas, tubulações, poços de visita, etc;
- Para solucionar alguns problemas fazem-se necessários investimentos pontuais com construção de pequenos trechos de coletores para novas saídas de quadras;
- O mau uso do sistema por parte dos usuários é uma realidade, o que acarreta problemas de toda ordem, como obstruções, quebras de tubulações, etc;
- Todas as ETes e EEEs somam uma área relativamente grande (37,76 ha) e que existe toda uma infraestrutura nessa área que precisa ser mantida e muitas vezes ampliada, implicando em serviços de limpeza de vegetação, manutenção/construção de cercas e muros, pintura, manutenção de taludes e passeios, manutenção e construção de leitos de secagem, manutenção e construção de acessos pavimentados, manutenção e construção de caixas de areia, dentre tantos outros serviços que se fazem necessários;
- Pequenas expansões de sistemas são demandadas, sendo necessário para tal a construção de pequenos trechos de coletores e caixas para as ligações domiciliares;
- Demandas judiciais e de órgãos ambientais são frequentes, e geralmente envolvem intervenções de obra e necessitam de atuação rápida;
- E que a CAERN não dispõe de pessoal e de estrutura para abarcar todas as demandas.

Solicitamos a contratação dos serviços descritos no objeto desta justificativa com foco na manutenção, melhoramento e ampliação de 150 km de coletores e emissários, 13.820 ligações de esgoto (que atendem aproximadamente 55 mil pessoas) e 37,76 ha de área própria onde estão situadas 16 estações elevatórias e 12 estações de tratamento de esgotos.

3. REFERÊNCIAS

- Caderno de Encargos da SUDECAP, 3ª Edição
- Manual Prático de Operações Tapa-Buracos, 2ª Edição
- DAER-ES-CON 013.1/13 - Remendo profundo para reconstituição do subleito
- DNIT 031/2006 – ES – Pavimentos flexíveis – Concreto asfáltico – Especificação de serviço
- DNIT 145/2010 – ES – Pavimentação – Bases estabilizada granulometricamente – Especificação de serviço
- DNIT 153/2010 – ES – Pavimentação asfáltica – Pré-misturado a frio com emulsão catiônica convencional – Especificação de Serviço
- DNIT 737/2010 - Manual de recuperação de pavimentos rígidos
- ET-DE-P00/045 - Recuperação de pavimento de concreto de cimento Portland sobre terraplenagem
- Lei Federal nº 13.303/2016 -
- Lei Municipal nº 5933/2009 - Dispõe sobre a execução de obras, reparos ou serviços em vias e logradouros públicos e dá outras providências.
- Manual de Procedimentos - Conservação de vias urbanas (tapa buracos)
- Norma da Diretoria Colegiada Nº 01/2000 - DC - Regulamentação para fiscalização de obras e serviços de engenharia
- Manual de Fiscalização de Serviços de Engenharia - **CAERN**
- Resolução nº 06/2016 - CA - Dispõe sobre a aprovação de um novo Regulamento geral dos Serviços da **CAERN**
- Resolução nº 004/2008 – ARSBAN –
- Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Águas e esgotos do Rio Grande do Norte – RILCC
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) -

4. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Aditivo de prazo/valor** – ajuste realizado entre as partes objetivando adequar o prazo de realização dos serviços, no caso dos aditivos de prazo; e para os casos de aditivo de valor proceder com a alteração do valor do contrato, seja pela inclusão e/ou supressão de itens.

- **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** – é o documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.
- **ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte)** – autarquia sob regime especial, com o objetivo de regular a prestação dos serviços públicos vinculada ao governo do Estado do Rio Grande do Norte.
- **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN)** – sociedade de economia mista responsável pela concessão dos serviços públicos de distribuição de água e esgotamento sanitário no estado do Rio Grande do Norte.
- **Contrato** – Considera-se contrato administrativo todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** – autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituindo-se serviço público federal e com jurisdição nos limites de cada Estado brasileiro.
- **EPI** – Equipamento de Proteção Individual
- **Fiscalização** – É a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.
- **Fiscalização de Obras** – atividade desempenhada por funcionários da Companhia com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições normativas, contratuais, técnicas e administrativas em torno da execução da obra
- **Fiscal do contrato** – Funcionário técnico da Companhia, habilitado, designado pelo gestor do contrato ou gerente de unidade administrativa e nomeado por meio de ato formal, responsável por auxiliar o gestor quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato
- **Fiscal de obra** – Funcionário do quadro técnico da Companhia, Engenheiro ou Técnico de engenharia, conforme as atribuições designadas no Art. 7º da Lei 5.194/66 e no Art 2º da Lei 5.524/68, designado pelo gestor do contrato ou gerente da unidade administrativa e nomeado por meio de ato formal, responsável por auxiliar o gestor quanto à fiscalização do objeto do contrato.
- **Gestão do contrato** – Atividade que tem por finalidade o acompanhamento, o controle e o gerenciamento de atividades decorrentes do contrato.
- **Gestor do contrato** – Atividade desempenhada por funcionários da **CAERN** com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições normativas, contratuais, técnicas e administrativas em torno da execução da obra.
- **RSC** – Regional Sertão Central - É a gerencia responsável pela gestão do contrato de manutenção de redes, ramais, ETEs e EEs e responsável pela relação com as empresas contratadas, tendo como objetivo o monitoramento da execução, fiscalização, aprovação e medição dos serviços descritos deste termo de referência.
- **UNEC** – Unidade de Operação e Manutenção de Esgotos da RSC - É a unidade responsável pela gestão do contrato de manutenção de redes, ramais, ETEs e EEs fiscalizando a execução dos serviços por ela demandados, além de elaborar o Boletim de Medição mensal.
- **Ordem de Serviço – O.S.** - As Ordens de Serviços (O.S.) são geradas por determinados tipos de solicitações de Registros de Atendimento. A Ordem de Serviço é um documento para execução de serviços em campo, apresenta as informações da solicitação como tipo de serviço, endereço, ponto de referência, observação, data de geração, prazos, etc. As ordens de serviços podem ser programadas para execução de equipes próprias e/ou terceiras.

5. ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES

5.1. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

Cabe ao Fiscal do Contrato:

- I - Elaborar, antes que seja iniciada, o check list com documentação de abertura;
- II - Providenciar a abertura e controle da pasta de acompanhamento de contrato;
- III - Acompanhar, em conjunto com o gestor do contrato, avanço físico da obra com o planejado no cronograma de execução, tomando as providências necessárias quando houver eventuais atrasos;
- IV - Verificar mensalmente a regularidade trabalhista da contratada, mediante o acompanhamento das validades das certidões: Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- V - Verificar mensalmente a regularidade fiscal da contratada, mediante o acompanhamento das validades das certidões: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federal e da Dívida Ativa da União, certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- VI - Exigir mensalmente a apresentação de relação atualizada de empregados que prestam serviços no contrato fiscalizado, acompanhada no primeiro mês, de comprovante de assinatura de CTPS;
- VII - Exigir da contratada comprovação mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas, incluindo

salários e demais encargos de natureza trabalhistas previstos na CLT ou em convenções, dissídios ou acordos coletivos de trabalho, fiscais, tributárias e previdenciárias, das normas de segurança e medicina do trabalho, assim como da legislação e demais normas de proteção ao meio ambiente;

VIII - Fazer cumprir as obrigações contratuais estipuladas, solicitando ao Gestor do contrato notificação e instauração de processo para apurar eventual descumprimento de contrato e aplicação das penalidades à contratada, quando couber.

5.2. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

Cabe ao Gestor do Contrato:

I - Fazer a gestão do contrato na busca pela conclusão do projeto, informando eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade de serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização dos problemas observados e sanções que entender cabíveis;

II - Indicar ao diretor da área respectiva, em conjunto com o Gerente da Unidade Administrativa, o Fiscal do Contrato, Fiscal de Obra e a equipe de fiscalização, conforme o caso;

III - Coordenar as atividades desempenhadas pelo Fiscal do Contrato, Fiscal da Obra e pela equipe de fiscalização;

IV - Convocar a contratada e a fiscalização para participar da Reunião de Abertura e quaisquer outras que se fizerem necessárias, verificando o cronograma de execução elaborado pela contratada e compatibilizando-os com as necessidades da **CAERN**;

V - Atestar as Notas Fiscais dos serviços executados e aprovando juntamente com o Fiscal do Contrato, observada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada;

VI - Acompanhar, em conjunto com o Fiscal do Contrato, avanço físico da obra em conformidade com o planejado no cronograma de execução, adotando as providências necessárias quando houver eventuais atrasos

VII - Acompanhar o fiel cumprimento das obrigações do fiscal do contrato, em especial o contido nos incisos VI, VII e VIII;

VIII - Ao final da execução do contrato, solicitar à Diretoria da Unidade Administrativa a formação de comissão de Recebimento Definitivo de obra;

IX - Fazer cumprir as exigências previstas no Manual de Fiscalização de Serviços de Engenharia - **CAERN**

5.3. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA OBRA

Cabe ao Fiscal da Obra:

I - Providenciar junto ao CREA, CAU ou CFT a ART/RRT de fiscalização referente ao objeto contratado;

II - Acompanhar a execução da obra, contribuindo para o bom andamento dos projetos;

III - Conhecer profundamente o objeto da obra que irá fiscalizar, desde os projetos, passando pelas especificações técnicas e métodos construtivos;

IV - Avaliar os serviços executados e materiais empregados na obra, conferindo e certificando os seus recebimentos;

5.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada, no desempenho de suas atividades durante o período de execução das obras e serviços de engenharia, deverá zelar e fazer cumprir a lista de obrigações abaixo relacionadas:

I - Providenciar junto ao CREA a ART de execução referente ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/1977;

II - Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes, as informações pertinentes ao objeto contratual que será executado, bem como o PCMAT, em conformidade com a Portaria nº 4/95 da Secretaria de Segurança no Trabalho ou outra que vier a substituí-la;

III - Submeter à aprovação da fiscalização, no prazo de até 05 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento;

IV - Submeter à aprovação da fiscalização, no prazo de até 05 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o plano de instalações provisórias e canteiro de obras, compatível com o porte e características do objeto do contrato, definido todas as áreas de vivências, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários ao andamento dos serviços, em conformidade com o que estabelece a NR 18 ou outra que vier a substituí-la;

V - Executar as obras e serviços contemplados no contrato firmado, previamente aprovados pela fiscalização;

VI - Manter no local da prestação dos serviços e execução de obras, funcionários e equipamentos em

número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato e aprovados previamente pela fiscalização;

VII - Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do contrato;

VIII - Obter junto às Prefeituras Municipais o alvará de construção, quando necessário, na forma das disposições legais ou regularmente em vigor;

IX - Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização, e sob suas custas, salvo disposições em contrário no edital, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados;

X - Efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto contratado, até o recebimento definitivo;

XI - Cumprir as exigências previstas no item 6.4 do Manual de Fiscalização de Serviços de Engenharia - **CAERN**

6. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O presente certame trata de manutenção predial básica e, portanto, caracterizada como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, com padrões de qualidade objetivamente definidos e especificados neste termo de referência.

7. DO SIGILO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A norma NN.DD.P.A.09.0001.00, que trata do Orçamento Sigiloso no SEI, estabelece os critérios para sigilo da planilha orçamentária. Entretanto, todos os insumos e/ou serviços utilizados na elaboração do orçamento tomam como base a Tabela de Preços para Serviços de Engenharia da **CAERN**, que por sua vez, é baseada nas tabelas do Serviço Nacional de Preços da Construção civil - SINAPI.

Além de a Tabela de Preços para Serviços de Engenharia ser devidamente publicada pela **CAERN**, seus insumos tomam como base a tabela do SINAPI, que é publicada pela Caixa. Portanto, devido ao elevado grau de publicidade das tabelas de referência, entendemos, s.m.j, que o afastamento do sigilo orçamentário não ocasiona nenhum problema para o andamento do processo licitatório.

Foi utilizado a planilha orçamentária atual, divulgada pela CAERN, com data base em Julho/25.

8. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E MODO DE DISPUTA

Adotar-se-á, em conformidade com o Art. 42 Inciso I da Lei 13.303/2016, o Regime de **Execução de Empreitada por Preço Unitário**, em decorrência de sua execução se caracterizar por ações manutenção e melhorias ocasionadas por fatos supervenientes e demandas que surgirão ao longo dos anos, conclusivamente, pela percepção de que os objetos possuem imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, uma vez que não estão baseados em projetos para execução mas em quantitativos necessários para atender demandas de manutenção futuras, não sendo assim viável a execução através do regime de execução semi-integrada.

Portanto, s.m.j., entendemos que a adoção da empreitada por preços unitários a mais representativa para a **CAERN** adotar neste certame.

O modo de disputa da licitação deverá ser **ABERTO**.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSORCIO E SUBCONTRATAÇÃO

Entende-se que não há necessidade de participação de consórcio para o escopo a ser contratado, pois não se tem serviços incomuns à natureza da Companhia e das suas prestadoras de serviço. Sendo assim, não será permitido adotar participação por consórcio.

Para este certame, permite-se a realização de subcontratação somente para serviços que requererão maquinário ou mão de obra especializada, como na locação de máquinas e equipamentos específicos.

10. DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS

Não será admitida, em nenhuma hipótese, a participação de empresas que estejam cadastradas na relação de empresas suspensas da **CAERN**.

11. QUANTO AO PARCELAMENTO DO OBJETO

A Lei 13.303/2016 estabelece o parcelamento como regra, desde que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não apresente perda de economia de escala, conforme estabelecido pela Súmula N° 247 - TCU.

O objeto do serviço em tela necessita de maquinário e infraestrutura específica para sua execução (equipamentos pesados, de proteção, segurança do trabalho). Dessa forma, caso houvesse um parcelamento ou divisão dos itens pertencentes ao objeto deste termo de referência, haveria possibilidade de que este maquinário e infraestrutura precisasse ser incluído em cada parcela de objeto, o que poderia encarecer os serviços e diminuir o ganho de escala, gerando um custo a mais para a administração pública.

Portanto, não será permitido o parcelamento do objeto.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DEFINIÇÃO DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

O regimento de execução deste contrato dar-se-á por meio de empreitada por preço unitário, visto que pela natureza dos serviços, que além de serem sob demanda, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, o critério de julgamento das propostas será o de menor preço.

13. CONDIÇÕES GERAIS

Cada serviço será pago utilizando o preço unitário de cada item ofertado pelo vencedor. Os quantitativos estimados pela **CAERN** para cada item são meramente utilizados para formação do preço global do lote, que será o valor máximo do contrato para 12 meses. Todas as condições, materiais, insumos, veículos, sinalização, equipamentos e perfil de mão de obra apresentados nas composições unitárias dos preços deverão ser obrigatoriamente mantidos na execução do contrato.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato possui prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, podendo ser prorrogados ordinariamente, desde que observado o Art. 161 do RILCC e os seguintes requisitos:

- haja interesse da **CAERN**;
- exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;
- seja demonstrada a vantajosidade na manutenção do ajuste, por meio de pesquisa de preços ou outras formas que justifique;
- exista recurso orçamentário para atender a prorrogação;
- as obrigações da contratada tenham sido regularmente cumpridas;
- a contratada manifeste expressamente a sua anuência na prorrogação;
- sejam mantidas as das condições de habilitação da contratada;
- não haja sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela **CAERN** em fase de cumprimento;
- seja promovida/requerida até 60 (sessenta) dias úteis anteriores ao término da vigência do contrato e formalizada por meio de termo aditivo;
- haja autorização da autoridade competente;
- haja renovação ou atualização da garantia contratual

15. DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O contrato ou Autorização para Execução de Serviços decorrente do presente edital terá validade a partir de sua assinatura, ficando a sua eficácia condicionada à publicidade do ato e terá vigência até 120 (cento e vinte) dias após o término do prazo de execução.

16. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

Os contratos administrativos regidos por este RILCC poderão ser modificados, por acordo entre as partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Os contratos regidos por este RILCC poderão ser alterados qualitativa e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da **CAERN**.

A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando forem necessários acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pelo contratado na licitação ou no processo de contratação direta.

O contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da sua execução, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A garantia de execução contratual poderá ser alterada quando conveniente a sua substituição a pedido da contratada e desde que aceita pela **CAERN**.

16.1. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os desequilíbrios são caracterizados pela desproporção entre as prestações originalmente estabelecidas entre as partes contratantes, decorrente de fatos imprevisíveis, ou com efeitos impossíveis de serem evitados ou impedidos, fatos da outra

parte contratante, e inclusão de exceções à responsabilidade contratual nas prestações, que tornem inexecutável o contrato, nas condições em que ele foi inicialmente pactuado.

Nos casos em que se aplicarem a Teoria da Imprevisão, os fatos imprevisíveis referem-se à alteração das circunstâncias de forma extraordinária. Nesses casos, a excessiva onerosidade não pôde ser prevista pelas partes contratantes por não ser viável, incluindo fatores que não sejam previamente diagnosticáveis diante da boa técnica de engenharia, no momento da contratação, sendo, portanto, pertencente ao universo das áleas econômicas extraordinárias, com encargos não contidos no risco empresarial orçado para apresentação da proposta que originou o contrato. No caso de contratos administrativos, inclui o Fato do Príncipe.

Os fatos da parte contratante, no caso dos Contratos Administrativos, são conhecidos como Fatos da Administração, quando se caracterizam pela ação ou omissão do contratante que deixa de cumprir uma de suas obrigações contratuais (tais como falta de desapropriações de terrenos, falta de liberações, falta de aprovações, não obtenção de licenças necessárias às obras, atrasos de pagamentos e outras inadimplências).

A **CONTRATADA** poderá pleitar, a qualquer momento durante a vigência contratual, o pedido de reequilíbrio econômico financeiro seja devidamente analisado, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação, para recebimento do pleito e início do processo de análise do pedido:

- Caracterização do contrato analisado, com descrição mínima do objeto, valor e prazo;
- Apresentação do fato gerador do pedido de reequilíbrio, incluindo a devida justificativa;
- Documentação comprobatória do desequilíbrio contratual, sendo considerado em ordem decrescente de importância:
 - Tabelas oficiais de referência;
 - Notas fiscais de aquisição dos materiais, vinculadas ao contrato;
 - Cotações de preço.
- Memória de cálculo detalhada;
- Valor do Desequilíbrio Econômico Financeiro referenciado às datas base do contrato e da apresentação do pedido;
- Tipologia, Grau de Fundamentação e Grau de Impacto Econômico Financeiro do Desequilíbrio avaliado

Em nenhum momento o CONTRATADO poderá suspender o serviço de forma unilateral, sob alegação de aguardar o término do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para o caso de incursão por essas vias, sem o consentimento da **CAERN**, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no RILCC.

17. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

Conforme disposto no Art. 160 do Regime Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CAERN (RILCC), entende-se que a licitante vencedora, quando da assinatura do Contrato, deverá apresentar a garantia de execução no valor de 5% do referido instrumento, a qual poderá ser fornecida nas seguintes modalidades, a ser escolhida pela CONTRATADA:

- Caução em dinheiro;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária.

Ocorrendo elevação do valor contratado, a garantia de execução será complementada na mesma proporção de 5% (cinco por cento) do valor elevado.

No caso de rescisão contratual, comprovada a culpa da CONTRATADA, a garantia contratual será retida, transformando-se em recursos para utilização em serviços não executados.

A Garantia de Execução do Contrato somente será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais por ela assumidas e, se em dinheiro, atualizada monetariamente.

A garantia deverá ser apresentada na Assessoria de Licitações e Contratos da CAERN no ato da assinatura do Contrato e do respectivo termo Aditivo caso haja alguma alteração de valor.

Aquela que optar por prestar caução em dinheiro deverá proceder com o depósito ou transferência bancária em conta fornecida pela Companhia.

A Ordem Inicial de Serviços só será liberada quando a CONTRATADA apresentar a Garantia contratual que trata acima.

18. **REAJUSTAMENTO CONTRATUAL**

O índice a ser utilizado para reajustamento contratual deverá ser o Índice nacional da construção civil – INCC, apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e como data base para efeito de reajustamento deverá ser adotada a data da seção pública de abertura das propostas por entendermos retratar a realidade do mercado no momento da pactuação de prestação do serviço.

19. **QUANTIDADE DOS SERVIÇOS**

As quantidades e tipos de serviços, constantes Orçamento Básico são estimadas para o período de um ano, e servem apenas como referencial para efeito de dimensionamento das necessidades da Unidade, não cabendo à contratada qualquer reclamação relativa à variação mensal para mais ou para menos.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Qualificação técnico-operacional.

Em conformidade com o Artigo 41 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) da CAERN, o presente Termo de Referência estabelece que a comprovação de qualificação exigida para os licitantes estará circunscrita à dimensão técnico-operacional. Tal delimitação visa assegurar que os participantes do certame possuam a expertise e a capacidade operacional necessárias para a execução do contrato em pauta.

Para a efetiva comprovação da qualificação técnico-operacional, os licitantes deverão apresentar declaração fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atestando a execução de atividades técnica ou economicamente relevantes. Esta declaração deverá ser emitida em nome da empresa licitante, independente do nome do responsável técnico pessoa física que figure no documento, e deverá ser acompanhada de cópia do contrato que confirme a execução dos serviços mencionados.

Salienta-se que a declaração em questão deve conter elementos suficientes para a verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando a, informações como contato telefônico, domicílio da empresa, endereço de e-mail e CNPJ. A CAERN reserva-se o direito de aferir a autenticidade dos documentos apresentados e, caso não seja possível confirmar sua legitimidade ou ocorra qualquer circunstância que impeça tal verificação, a empresa será desqualificada do processo licitatório.

Será permitido o somatório de diferentes atestados.

A CONTRATADA deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto cerne desse Termo de Referência de acordo com o percentual abaixo apontado, mediante atestado(s) de capacidade técnica, sendo os serviços abaixo tecnicamente relevantes para a execução contratual:

- **Execução de alvenaria** – Quantidade: 180 m²;
- **Concreto ciclópico** – Quantidade: 19,2 m³;
- **Assentamento de tubo para rede coletora de esgotos** – Quantidade: 150 m.

21. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Com relação à qualificação econômico-financeira, devido ao vulto da contratação necessária, será considerado o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Convênios e Contratos da **CAERN**, conforme disposto no art. 43 e parágrafos subsequentes, transcrito a seguir:

Art. 43. Para a comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, exige-se:

I - demonstrações contábeis exigíveis na forma da lei;

II - certidão simplificada da junta comercial;

III - opção pelo simples, se houver.

§1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados.

§2º A CAERN, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório, a exigência de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado

22. FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão remunerados pelos seus preços unitários desde que atendida em sua totalidade (sinalização + conserto + reaterro + assentamento + remoção + reposição de pavimento e/ou calçada, entre outros), a referida Ordem de Serviço (salvo em casos de execução de extensões de rede coletora de esgoto, onde poderão ser pagos os trechos concluídos de forma parcelada, acordados com a fiscalização). A emissão do Boletim de Medição será realizada, mensalmente, após fiscalização da **CAERN**, cadastramento dos serviços e de suas fotos, pela contratada, no sistema de gestão comercial – GSAN e entrega do mapa de medição e do relatório fotográfico elaborados pela contratada conforme modelos determinados pelo fiscal do contrato, além da documentação complementar destacada no Item 32.1.2.

23. DO RECOLHIMENTO DE ROYALTIES REFERENTES À PATENTES

O recolhimentos de royalties que venham a ser necessários em decorrência da natureza de alguns dos serviços presentes neste objeto, ou que venham a ser inseridos em alterações contratuais, serão de responsabilidade ÚNICA e EXCLUSIVA da CONTRATADA.

24. INDICAÇÃO DO CONSELHO COMPETENTE

Quanto a indicação do conselho para emissão de certidão de registro de quitação, bem como ART dos projetos entregues e/ou serviços prestados, por se tratar de obra ou serviço de engenharia, compete ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

25. DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, estabelece que todos os contratos referentes à execução de serviços ou obras de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia deverão ser objeto de anotação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea-RN.

Conforme estabelece a Resolução nº 1.025, de 2009, do CONFEA, fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade:

- todo contrato referente à execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões vinculadas à Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia; e
- todo vínculo de profissional com pessoa jurídica para o desempenho de cargo ou função que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões retromencionadas.

Em até **10 dias** após a emissão da Ordem Inicial de Serviço a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO uma via original, devidamente assinada da Anotação de Responsabilidade Técnica em consonância com o objeto e valor do contrato.

Toda e qualquer alteração contratual deverá ser acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica complementar, em consonância com a legislação do sistema CONFEA/CREA.

A **CONTRATADA** deverá apresentar a ART complementar em até **10 dias** após a alteração contratual.

O descumprimento do prazo sem a devida justificativa ensejará na Notificação da empresa, estando sujeita à penalidade de advertência, em conformidade com o RILCC.

26. DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao Gestor de contrato, até a data da assinatura da ordem de início de serviço do contrato, e a cada doze meses, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os seguintes documentos:

- Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), específico da obra, ATUALIZADO.
- Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) - ATUALIZADO.
- Projeto elétrico das instalações temporárias do canteiro (Para contratos de construção civil, quando aplicável).
- Projeto dos sistemas de proteção coletiva (Para contratos de construção civil, quando aplicável).
- Projeto dos sistemas de proteção individual contra quedas (Para contratos de construção civil, quando aplicável).
- Projeto de escadas, rampas e passarelas (Para contratos de construção civil, quando aplicável).

TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES

- Treinamento em Norma Regulamentadora NR – 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (Quando aplicado ao serviço prestado).
- Treinamento em Norma Regulamentadora NR – 33 - SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS (Quando aplicado ao serviço prestado).
- Treinamento em Norma Regulamentadora NR – 35 - TRABALHO EM ALTURA (Quando aplicado ao serviço prestado).
- Treinamento básico de segurança, prevista na Norma Regulamentadora – 18 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (quando aplicável)
- Treinamento para serviços de impermeabilização, previsto na Norma Regulamentadora – 18 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (quando aplicável)
- Informações e treinamento de prevenção de combate a incêndio.
- Evidência de treinamento sobre o uso adequado, guarda e conservação dos EPIs.
- Apresentar habilitação e curso para Operadores de máquinas e veículos pesados - Quando aplicável.
- Treinamento operacional, abordando os riscos inerentes de cada atividade e as medidas de proteção.
- Formulário para liberação/execução dos serviços (Aplicado para trabalhos em altura e espaço confinado).
- Documentação da CIPA atual (quando obrigada). Apresentar ATA de instalação e posse, mais duas ATAS das últimas reuniões ordinárias. Quando a empresa não for abrigada a constituir CIPA, apresentar documentação do representante para cumprimento dos objetivos da Norma Regulamentadora NR - 05.
- Para trabalhos com produtos químicos, apresentar previamente relação com FISPQ de todos os produtos que serão manipulados. Constar orientação dos funcionários envolvidos quanto ao risco.

OUTROS REQUISITOS

- Relação de todos os funcionários envolvidos no contrato.

- Ficha de registro, carteira de trabalho ou contrato de trabalho dos funcionários envolvidos no contrato.
- Ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho - Conforme Norma Regulamentadora NR - 01.
- Procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho - Conforme NR - 01.
- Laudo técnico das condições do ambiente de trabalho (LTCAT).
- Apresentar laudo de insalubridade e periculosidade. (conforme aplicabilidade).
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os funcionários envolvidos no contrato, conforme determinado no PCMSO da empresa (Os referidos ASOs devem conter a consignação de aptidão para trabalho em altura e espaços confinados, conforme o caso).
- Ficha de EPI de todos os funcionários envolvidos com o contrato, devidamente assinadas.
- Documentação de subempreiteiras (Aplica-se a mesma exigência que a empresa contratada)
- Projeto de andaimes (Para contratos de construção civil, quando aplicável).
- Projeto de escavação e fundação (Para contratos de construção civil, quando aplicável).
- Plano de demolição (Para contratos de construção civil, quando aplicável).

26.1. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIs

Cabe à **CONTRATADA**, quanto ao EPI:

- adquirir somente o aprovado pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- orientar e treinar o empregado;
- fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- registrar o seu fornecimento ao empregado, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico;
- exigir seu uso;
- responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, quando aplicáveis esses procedimentos, em conformidade com as informações fornecidas pelo fabricante ou importador;
- substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; e
- comunicar ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho qualquer irregularidade observada.

26.2. LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RECOMENDADOS PARA FORNECIMENTO E USO PELOS EMPREGADOS:

26.2.1. EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA

- Capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio.

26.2.2. EPI PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE

- Óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes, sólidas e/ou líquidas.

- Lentes ESCURAS com proteção UVA/UVB – Uso diurno.

- Lentes TRANSPARENTES – Uso noturno.

26.2.3. PROTEÇÃO AUDITIVA

- Protetor auditivo circum-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos nº 1 e 2.

26.2.4. PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

- Respirador purificador de ar não motorizado:

- Peça semifacial filtrante para partículas PFF2 para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos; - Recomendado para serviços de escavações e movimentação de terra seca, ou reposição de pavimentação em paralelo, e/ou asfalto, com utilização de betume e/ou concreto betuminoso a quente.

- Peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros químicos para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores; ou com filtros combinados para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores e/ou material particulado.

26.2.5. EPIs PARA PROTEÇÃO DO TRONCO - VESTIMENTAS

- Vestimenta para proteção do tronco contra umidade proveniente de precipitação pluviométrica; - Capa de Proteção para

chuvas.

- Vestimenta para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com água, e com contato direto com água servida/esgotos – Calça de PVC com botas de PVC acopladas (Serviços com grandes volumes de esgotos a céu aberto).
- Vestimenta para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com água, e com contato direto com água servida/esgotos – Jardineira de PVC com botas de PVC acopladas ou Macacão de PVC com capuz, luvas e botas de PVC acopladas (Serviços em galerias e poços úmidos de esgoto).

26.2.6. EPIs PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES - LUVAS

- Luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes; - Luvas de Vaqueta de couro, punho curto, modelo petroleiro (para todos os serviços a seco).
- Luvas para proteção das mãos contra agentes biológicos; - Luvas de PVC cano médio (45/46cm), sem forro, com palma áspera (para todos os serviços de contato manual com água servida/esgoto).
- Luvas para proteção das mãos contra vibrações – Para todos os serviços com uso de martelo, e/ou quaisquer rompedores de piso mecanizado, ou ainda máquinas e equipamentos de reposição de pavimentação em paralelo, e/ou asfalto, com exposição dos membros superiores à vibração contínua.

26.2.7. EPIs PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES – BOTINAS/BOTAS

- Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos, e proteção dos pés contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes; - Botina de couro com biqueira de PVC.
- Calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água e esgotos – Botas de PVC, cano longo, sem forro.

26.3. DO FARDAMENTO

Em cumprimento à Norma de Fardamento vigente da **CAERN - Nº NN.DD.P.A.06.0007.00**, de 04 de fevereiro de 2021, através do seu **CAPÍTULO VII - DO FARDAMENTO DAS CONTRATADAS**, temos a dizer:

- **Art.46.** O fardamento fornecido pelas empresas terceirizadas devem ser adequados a atividade que será exercida e oferecer conforto.
- **Art.47.** Os empregados terceirizados que prestam serviços no âmbito interno da empresa devem utilizar diariamente o fardamento fornecido pela empresa contratada.
- **Art.48.** Os empregados terceirizados que prestam **serviços externos ou atividades de campo**, deverão dispor de fardamento, atendendo os requisitos abaixo:
 - Conter logomarca da **CAERN** com impressão unicamente na parte inferior das costas da camisa, seguida da frase “A serviço da CAERN”, conforme os padrões definidos no Manual de Identidade Visual da Assessoria de Comunicação;
 - Tonalidade livre, com exceção de colorações escuras e da cor azul em todas as suas nuances;
 - Dispor de faixa refletiva na calça e camisa;
 - Utilizar camisa manga longa com fator de proteção solar.
 - Utilizar chapéu tipo legionário ou similar, sem a logomarca da **CAERN**, para atividades com exposição solar, **nas quais não seja exigido o uso do capacete.**
- **Art. 49.** A **CONTRATADA** deverá exigir dos seus empregados o atendimento as seguintes regras:
 - Usar o fardamento apenas para a finalidade a que se destina, não sendo permitido utilizá-lo fora do local e período de trabalho;
 - Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
 - Não alterar as características dos fardamentos;
 - Não sobrepor peças de qualquer natureza, com exceção dos equipamentos de proteção individual;
 - Fazer uso apenas do fardamento fornecido;
 - Cumprir as demais determinações da empresa sobre o uso adequado.

27. DOS RECURSOS HUMANOS

A **CONTRATADA** deverá utilizar empregados habilitados com o mínimo necessário de experiência para o pleno atendimento às exigências dos serviços a serem executados. Os empregados da **CONTRATADA** alocados para execução das atividades não podem executar tarefas concomitantes, para outras empresas, durante a vigência do contrato;

A **CONTRATADA** deverá fornecer antes do início dos serviços e sempre que a **CONTRATANTE** julgar conveniente, relação nominal e funcional dos empregados, contendo identidade e o número da carteira profissional de trabalho, bem como xerox do comprovante de registro na mesma;

A **CONTRATADA** deverá executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a **CAERN** solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

A **CONTRATADA** deverá dispor desde o momento da contratação de equipe técnica de engenharia, além de motorista e pessoal de apoio administrativo, etc;

A **CONTRATADA** deverá substituir os empregados nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não prejudique o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

A **CONTRATADA** deverá pagar seus funcionários no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para-fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da **CAERN** por eventuais atuações administrativas e/ou judiciais;

A **CONTRATADA** deverá respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

Os empregados da **CONTRATADA** deverão estar devidamente habilitados para exercer as funções/atividades dentro da metodologia de trabalho definida;

A **CONTRATADA** deverá fornecer aos seus empregados, como mínimo, o crachá de identificação, com o nome, número da RG, fotografia, o nome da **CONTRATADA** e a indicação "A SERVIÇO DA CAERN" de forma legível;

A **CONTRATADA** deverá oferecer a todos os seus empregados o uniforme, composto por: bota, capacete, camiseta, calça e/ou bermuda. Todas as despesas correrão pôr conta da **CONTRATADA**;

A **CONTRATADA** deverá fornecer, aos seus empregados, condições de trabalho e de segurança compatíveis com o tipo de serviço objeto desta Licitação. Em caso de acidentes de trabalho dos seus empregados, as despesas médico-hospitalares e de remédios são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

A **CONTRATADA** deverá oferecer aos seus empregados formas e condições de alimentação diária, almoço ou vale alimentação. É fundamental que os empregados tenham boas condições físicas e de saúde, compatíveis com as exigências do trabalho, preservando sua integridade física;

A **CONTRATADA** deverá oferecer aos seus empregados remuneração compatível com as características dos serviços objeto desta Licitação;

Todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incluindo mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, fornecimento e manutenção de veículos, fornecimento e manutenção de equipamentos, fornecimento de materiais de uso direto e de apoio, fornecimento de uniformes, seguros, impostos, taxas, indenizações relacionados ao objeto desta Licitação, são de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, devendo os seus custos estar previstos no preço proposto;

Os prejuízos causados pela **CONTRATADA** por imperícia, falta de treinamento e inadaptação de seus empregados, terão seus custos apropriados e descontados no Boletim de Medição.

28. DOS RECURSOS FÍSICOS

Ficará a cargo da **CONTRATADA** a locomoção de pessoal, seja por veículo próprio, seja por intermédio de passagens para transporte urbano. Também fica a cargo da empresa ou de fornecedores a entrega dos materiais a serem aplicados na obra;

Caso a locomoção seja realizada em veículo próprio, a **CONTRATADA** deverá transportar diariamente os seus empregados, utilizando veículos utilitários com capacidade adequada ao número de passageiros e equipados com dispositivos de comunicação, bem como atendendo às normas de segurança da CNT;

A **CONTRATADA** será responsável pela gestão e manutenção do canteiro de obras, seja em local indicado pela **CAERN** para a construção do mesmo, ou em terreno/galpão de terceiros;

O preço proposto deverá levar em consideração as despesas com: pessoal, transporte, horas extras, encargos sociais, fardamentos, adicionais, EPI's, comunicação, equipamentos, alimentação, ferramentas e equipamentos, além de todas as despesas inerentes à atividade;

A **CONTRATADA** deverá utilizar estrutura de Informática adequada com acesso à internet, possibilitando a recepção e retorno de dados referentes a realizações dos serviços, registros e atualizações em tempo real;

A **CONTRATADA** deverá utilizar exclusivamente o sistema GSAN, ou outro software indicado pela **CAERN**, como sistema de gerenciamento de serviços, especificamente para o recebimento do R.A. e suas Ordens de Serviço;

A **CONTRATADA** deverá equipar todas as equipes com smartphone para uso do sistema GSANAS, com a seguinte configuração mínima: memória interna 64gb, memória RAM 4GB, bateria 4000mAh e câmera traseira 16mp, com sistema operacional Android 11;

A **CAERN** em nenhuma hipótese será responsável pelo provimento das necessidades pessoais dos funcionários da

CONTRATADA utilizados na execução dos serviços, inclusive alimentação e assistência médica e/ou medicamentosa. No caso de serviços extraordinários a contratada deve fornecer alimentação aos empregados objetivando evitar acidentes de trabalho em função de deficiência alimentar.

29. DAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO DA FROTA

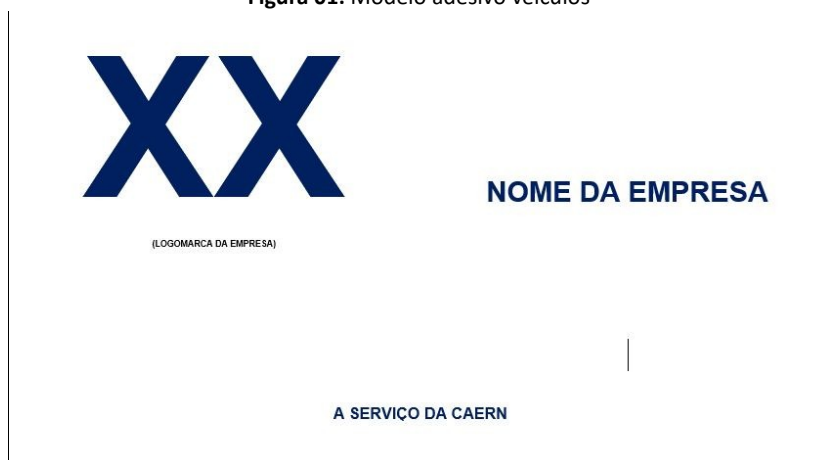
A **CONTRATADA** deverá utilizar veículos adequados à finalidade dos serviços, com no máximo 04 (quatro) anos de fabricação para veículos de passeio e com no máximo 10 (dez) anos de fabricação para veículos pesados (por exemplo caminhões, retroescavadeiras, etc.) apresentando-se em perfeitas condições de utilização e bom estado de conservação, os quais serão previamente inspecionados e aprovados pela unidade na **CAERN** responsável pela gestão do contrato;

Os veículos utilizados pela **CONTRATADA** deverão cumprir todas as normas regulamentares de trânsito, bem como dispor de todos os equipamentos obrigatórios;

A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CAERN** com vinte e quatro horas de antecedência toda e qualquer substituição de veículo ou equipamentos, com a devida justificativa;

A identificação A SERVIÇO DA CAERN, deverá constar em cada lateral de todos os veículos utilizados pela **CONTRATADA**, com dimensões de uma folha A3 (297mm x 420mm) ou superior, confeccionada em material impermeável e resistente às intempéries:

Figura 01: Modelo adesivo veículos



A **CONTRATADA** deverá apresentar cópia da documentação de todos os veículos, como comprovação do atendido neste Termo de Referência, juntamente com relatório fotográfico comprovando que a frota atende ao disposto neste Termo de Referência.

A qualquer tempo durante a vigência do contrato, a **CONTRATANTE** poderá solicitar cópia da documentação dos veículos para fins de fiscalização.

30. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais necessários para execução dos serviços objeto desta Licitação, os quais deverão atender às especificações da **CAERN**, com prévia autorização dos técnicos da **CONTRATANTE**;

A **CONTRATADA** deverá utilizar os materiais dentro das especificações (planilha orçamentária da **CAERN**) e aprovados pelos técnicos da contratante;

A **CONTRATADA** deverá possuir para toda e qualquer operação em **BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO** os seguintes equipamentos e ferramentas:

Serviços de pavimentação e recomposição de pavimentação em paralelepípedo/asfalto:

- Compactador de solo tipo “sapo” e placa vibratória;
- Rompedor Pneumático;
- Máquina de corte para asfalto;
- Ferramentas diversas: Picaretas, martelo de calceteiro, carrinhos de mão, pás, réguas, nível de pedreiro e vassouras;

Serviços de restauração de calçada e construção de caixas de passagem:

- Ferramentas diversas: Linha de nylon, colher de pedreiro, espátula, lápis de carpinteiro, régua de alumínio, nível de bolha, trena, esquadro, nível de mangueira, vasilhame para mistura de argamassa colante e prumo.

A **CONTRATADA** deverá atender as normas da **CAERN** referentes de sinalização dos serviços;

A **CONTRATADA** deverá atender, para os serviços que necessitem cortes e escavações para abertura de valas, a menor dimensão possível visando danificar minimamente o passeio e/ou pavimento/leito.

31. DOS ASPECTOS LEGAIS**31.1. A CONTRATADA**

- Responderá perante **CAERN**, mesmo no caso de ausência da fiscalização, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a **CONTRATADA** adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- Deverá disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias relacionados com o objeto do Contrato;
- Deverá comunicar à Delegacia Regional do Trabalho, com apresentação de cópia desta comunicação à **CAERN**, antes do início dos serviços objeto desta Licitação, as datas previstas de início e conclusão dos serviços, número máximo previsto de trabalhadores nos serviços, endereços e outras informações exigidas pela DRT;
- Responderá pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- Será responsável perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- Manterá durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Será responsável pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- Deverá recompor os logradouros nas mesmas condições que estavam antes da intervenção da **CAERN**, em conformidade com as legislações municipais de cada município;
- Deverá executar os serviços para a **CAERN**, obedecendo às normas técnicas, especificações e demais elementos que integram o presente termo de referência, conforme as necessidades e prioridades da fiscalização, não podendo a mesma se recusar a atender, independentemente do horário e/ou dia;
- Se comprometerá a solicitar, por escrito, a prévia aprovação da **CAERN**, quando houver necessidade de promover alterações de quaisquer serviços, quer na execução, quer na especificação;
- Será responsável pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CAERN** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da contratada cuja permanência seja considerada prejudicial, com reposição imediata de novo funcionário dentro das mesmas exigências de qualificação.
- Deverá restaurar as calçadas com o mesmo material anteriormente existente no local. Em caráter excepcional, informar, de forma escrita, aos fiscais da Contratante e agendar data quando o material for de difícil aquisição.
- Cumprir as normas, instruções e procedimentos exigidos pela **CAERN**
- Se comprometerá a responder por qualquer atraso na execução dos serviços, inclusive no tocante a penalidades e pagamento de multas.
- Destinar todos os resíduos oriundos da execução contratual em local devidamente regularizado de acordo com a legislação ambiental vigente devendo estar incluso no preço dos serviços os custos com esta destinação;
- Promover a execução dos serviços sem interromper o trânsito de veículos e de pedestres ou o acesso às residências, tomando as providências necessárias à execução de passagens ou outros meios eficientes que garantam a segurança e conforto aos transeuntes, sem ônus para a **CAERN**, em conformidade com as normas dos Municípios;
- Guardar sigilo profissional por si e por seus prepostos, sobre toda e qualquer informação que vier a ter conhecimento em virtude do desempenho da presente contratação;
- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção e fiscalização, verificação e controle a serem adotados pela **CAERN**;

31.2. A CONTRATANTE:

- Será responsável por fornecer todas as informações referentes aos serviços a serem executados;
- Deverá esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços, quando solicitado verbalmente e/ou oficializado por escrito e/ou via e-mail;
- Deverá exercer os poderes inerentes à fiscalização, tais como: Sustar os trabalhos sempre que considerar a medida necessária à boa execução dos serviços; Recusar quaisquer serviços que difiram dos padrões exigidos pelo contrato;

Decidir, dentro dos limites de suas atribuições, as questões que forem levantadas em campo; Efetuar as medições mensais dos serviços executados pela contratada desde que sejam perfeitamente atendidas todas as exigências desse contrato;

- Poderá embargar obras, interditar máquinas ou equipamentos ou suspender serviços, se as condições dos mesmos oferecerem riscos aos empregados, aos bens de terceiros, sem ônus ou prejuízos de qualquer natureza a **CAERN**.

32. DO RECEBIMENTO E DEVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados solicitados pela **CONTRATANTE** para cadastro de todas as equipes no GSANAS (Ferramenta a ser utilizada para elaboração e execução dos roteiros das equipes de campo). Através do GSANAS, as equipes irão inserir as fotos de todas as etapas do serviço e já poderão encerrar o Registro de Atendimento conforme for concluído, salvo em serviços de INSTALAÇÃO DE RAMAL DE ESGOTO, que deverão ser tramitados para o setor da UNEC (GSAN).

A **CONTRATANTE** irá fornecer os serviços a serem executados através do GSAN (Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento) por meio de Registros de atendimentos tramitados para a unidade da **CONTRATADA**;

A **CONTRATADA** será responsável pela execução e cumprimento de todas as etapas dos serviços, e fornecimento e aplicação de todos os materiais específicos;

A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente a programação para a execução dos serviços, conforme informada pelos técnicos da **CONTRATANTE**

A **CONTRATADA** não deverá executar nenhum tipo de serviço sem o respectivo Registro de Atendimento. Em casos de demandas repassadas diretamente a **CONTRATADA**, a mesma deverá avisar imediatamente ao fiscal responsável pelo contrato. Em caso de descumprimento, a **CONTRATADA** não receberá pelo serviço executado sem o devido Registro de Atendimento;

33. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

É dever da **CAERN** acompanhar e fiscalizar o contrato para verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoantes com a Lei nº 13.303/2016 e o RILCC (regimento Interno de Licitações, Contratos e convênios).

A **CAERN** fiscalizará, a seu critério e a qualquer tempo, os serviços realizados pelos empregados da **CONTRATADA**, observando os padrões de qualidade na execução dos serviços, adotando os procedimentos a seguir:

Os fiscais da **CAERN** avaliarão a qualidade dos serviços, o nível de apresentação dos empregados da **CONTRATADA**, no que diz respeito ao uso e estado de conservação e limpeza do uniforme, crachá de identificação, bem como o estado de conservação, segurança e limpeza dos veículos em utilização e dos equipamentos de proteção individuais e de sinalização de ruas;

Os serviços em áreas externas à CAERN (ramais, coletores, caixa, etc) terão garantia de 03 (três) meses. Neste período caso algum serviço torne-se reincidente o mesmo será executado pela **CONTRATADA** sem ônus para **CAERN**.

A **CAERN**, através de seus fiscais, poderá solicitar formalmente à **CONTRATADA**, que refaça no todo ou em parte os serviços executados, bem como que sejam substituídos os vestuários considerados inadequados ao seu uso em virtude do desgaste pela ação do tempo, assim como solicitar a substituição de veículos que não apresentem as condições de segurança adequadas aos seus usuários;

A **CAERN**, através de seus fiscais, poderá solicitar formalmente à **CONTRATADA**, a substituição de determinado empregado que não esteja agindo em conformidade com a metodologia de trabalho por ela estipulada;

A **CONTRATADA** deverá possuir no seu quadro para fiscalização engenheiro e técnico para acompanhamento diário de todos os serviços a serem executados pela mesma.

33.1. MEDIÇÃO DA OBRA

A medição da obra é o procedimento que o Fiscal da Obra deverá realizar com o objetivo de levantar e documentar os volumes dos serviços efetivamente executados pela contratada, observando o fornecimento de materiais e equipamentos, abstendo-se de computar itens ainda não realizados e/ou não fornecidos.

33.1.1. Boletim de Medição

O Boletim de Medição é o documento que registra as quantidades e valores dos serviços previstos e medidos no contrato, e serve de base para o pagamento das etapas da obra, além de permitir a Companhia a gestão e integração do escopo contratual.

Os Boletins de Medição deverão ser emitidos em meio digital e inclusos no SEI para assinatura eletrônica.

A elaboração e aprovação do processo de medição da obra deverá ser realizada mensalmente, atendendo a intervalos de datas abaixo especificados:

- Do dia 21 a 20 do mês subsequente: período destinado à execução dos serviços, com corte da medição no dia 20 de cada mês;
- Do dia 21 a 25 do mês subsequente: período destinado ao Fiscal da Obra para elaboração do Boletim de Medição e demais documentação necessárias ao processo de medição, com posterior encaminhamento ao gestor do contrato;

- Do dia 25 a 30 do mês subsequente: período destinado ao Gestor do Contrato para análise e aprovação do Boletim de Medição, com posterior envio a Gerência Regional.

33.1.2. Documentação para pagamento mensal

A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor de contrato a documentação para o pagamento mensal junto com a nota fiscal os comprovantes dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior do período da medição:

- Folha de pagamento;
- Comprovante do efetivo pagamento da remuneração dos empregados da CONTRATADA (contracheque assinado ou comprovante de transferência bancária);
- Guia de recolhimento do FGTS devidamente quitada;
- Certidão de regularidade de FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federal e a dívida ativa da união;
- Certidão negativa de débitos estadual;
- Certidão negativa de débitos municipais;
- Relação atualizada dos empregados que atuam diretamente na execução dos serviços, contendo as seguintes informações: nome completo, RG, CPF, endereço, cargo ou função exercida na empresa;
- Nota fiscal do referido Boletim de Medição.

33.2. DA FISCALIZAÇÃO DOS ASPECTOS LEGAIS

- A **CAERN** fiscalizará a seu critério e a qualquer tempo ou realizará auditoria para verificar o fiel atendimento às legislações trabalhista, fiscal, tributária e outras pertinentes às atividades desenvolvidas para a execução dos serviços realizados pela **CONTRATADA**, observando a legislação vigente, conforme segue:
- Os fiscais da **CAERN** farão pesquisa por amostragem ou na totalidade, dos documentos originais que comprovem o atendimento às normas e procedimentos estabelecidos pela legislação pertinente, bem como auditoria dos processos, avaliando a correta execução dos procedimentos realizados pela **CONTRATADA** para o cumprimento da legislação vigente;
- A **CAERN** analisará os documentos relativos aos aspectos trabalhistas, tais como: Registro de frequência dos empregados, registro e pagamento de horas normais, extraordinárias, eventuais descontos, programação e pagamentos de férias, décimo terceiro, recolhimentos previdenciários e de FGTS, entre outros que dizem respeito a pessoal;
- A **CAERN** fará pesquisas para verificar o atendimento às normas de segurança do trabalho, relativos a equipamentos de proteção, CIPA, observando o cumprimento das Normas Regulamentadoras da Legislação específica de Segurança do Trabalho.

34. DO HORÁRIO

A **CONTRATADA** deverá cumprir 44 (quarenta e quatro) horas semanais, prestadas de segunda à sábado, podendo ser o cumprimento da jornada de segunda a sexta-feira, com 09 (nove) horas de segunda à quinta-feira e de 08 (oito) horas na sexta-feira, compensando-se a jornada dos sábados, conforme convenção da categoria;

35. DA COMUNICAÇÃO

A **CONTRATADA** deverá possuir telefone e e-mail para contato com seu escritório e representante direto (gestor do contrato);

A **CONTRATADA** deverá equipar com telefone celular, divulgando os números de contato para os representantes da **CAERN**, todos os seus veículos;

A **CONTRATADA** deverá possuir endereço de correspondência eletrônica (e-mail) e acessá-lo diariamente, para receber solicitações de serviços, cuja execução requer urgência.

36. DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

Conforme apresentado no Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, in verbis:

"[...] 9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

[...]

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993; [...]"

37. DAS NOTIFICAÇÕES

A **CAERN** notificará a **CONTRATADA** na ocorrência das seguintes hipóteses:

- Falta de veículos e/ou equipamentos que prejudiquem a execução em todo ou em parte dos serviços;
- Desmobilização de equipe responsável pela execução de qualquer serviço sem comunicação prévia por escrito a **CAERN**;
- Falta de sinalização evidenciada pela equipe de vistoria/fiscalização da **CAERN**;
- Falta de reaterro de vala, que provoque risco de acidentes, evidenciada pela equipe de vistoria/fiscalização da **CAERN**;
- Irregularidade na execução dos serviços evidenciada pela equipe de vistoria/fiscalização da **CAERN**;
- Falta de identificação nos veículos, equipamentos ou fardamento da **CONTRATADA**, conforme especificações previstas neste Termo de Referência;
- Não substituição de funcionários no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, porventura, solicitadas a **CONTRATADA** oficialmente pela **CAERN**;
- Qualquer irregularidade quanto à execução dos serviços, que prejudiquem direta ou indiretamente a qualidade e a efetividade dos serviços;
- Falta de comunicação com a equipe da **CAERN**;
- Não atendimento às obrigações da **CONTRATADA** descritas neste Termo de Referência

A **CONTRATADA** deverá corrigir de IMEDIATO as falhas notificadas pela **CAERN** na execução do contrato. Caso não atenda sujeitar-se-á ao pagamento de multas estabelecidas no Item 36 deste documento e/ou rescisão unilateral do contrato.

38. APLICAÇÕES DE PENALIDADES

Procedimento que o fiscal da obra deverá utilizar sempre que a **CONTRATADA** persistir no não atendimento das cláusulas contratuais e recomendações técnicas da Fiscalização, tendo por base o disposto no art. 205, art. 206, art. 207 e art. 208 do Regimento Interno de Licitações, Convênios e Contratos - RILCC.

Seção XIII

Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 205. - A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

Art. 206. - Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAERN, observado o presente RILCC;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CAERN.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato

IV - cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - presença de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso superior a 90 (noventa) dias úteis nos pagamentos devidos pela CAERN, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da CAERN, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - a contratada ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

XVI - contratada ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XVII - a contratada ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVIII - a contratada ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XIX - a contratada ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XX - a contratada ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XXI - a contratada ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§1º - As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da CAERN no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da CAERN, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) coercitiva: causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§2º - As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013.

§3º - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

Art. 207. - A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que observado o interesse público;

III - judicial, nos termos da legislação.

§1º - A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo de verá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§2º - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos prestados pela CAERN, o prazo a que se refere o § 1º será de 180 (cento e oitenta) dias.

§3º - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização;

§4º - A rescisão do contrato de forma amigável não isenta a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade pela inexecução total ou parcial do contrato ou de práticas passíveis de rescisão que sejam ensejadoras de aplicação de sanções administrativas

§5º - O prazo estabelecido no § 1º poderá ser afastado, a critério da CAERN, devidamente motivado pela autoridade competente, quando o seu cumprimento puder causar prejuízo ao interesse público.

Art. 208. - A rescisão por ato unilateral da CAERN acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste RILCC:

I - assunção imediata do objeto contratado pela CAERN, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CAERN;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CAERN.

II - retenção e/ou desconto de créditos decorrentes de qualquer execução contratual até o limite dos prejuízos causados à CAERN, independentemente de garantia contratual

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CAERN, na hipótese de não haver créditos suficientes para a retenção e/ou desconto

Seção XIV

Das sanções

Art. 209. - Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este RILCC, o edital licitatório ou contrato firmado com a CAERN, sujeitar-se-á às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal

Art. 210. - Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista neste RILCC, garantida a prévia defesa, a CAERN poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERN, por até 02 (dois) anos.

§1º - As sanções previstas nos incisos I e III deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II;

§2º - Na escolha e aplicação da sanção administrativa, a Administração sempre deverá levar em consideração a gravidade da conduta, a culpabilidade do infrator, o dano concretamente causado e o caráter educativo da pena, à luz da regra da proporcionalidade.

§3º - O prazo para aplicação da penalidade prevista no inciso IV também deve ser motivado.

Art. 211. - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - deixar de entregar documentação exigida para o certame;

II - ensejar o retardamento da execução do certame;

III - não manter a proposta;

IV - falhar ou atrasar o cumprimento de obrigações contratualmente assumidas, independentemente de dolo ou culpa do contratado;

V - interpor recursos meramente procrastinatórios;

VI - não regularizar a documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e suas alterações, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual;

VII - atrasar a entrega da garantia contratual, quando exigida;

VIII - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, ordem inicial de serviço/fornecimento, ordem de paralisação ou ordem de reinício, no prazo de até 8 (oito) dias a contar da data da convocação;

IX - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CAERN;

X - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

XI - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XII - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

XIII - incorrer em inexecução contratual;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

XV - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XVI - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVII - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVIII - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XIX - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização e m lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XX - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XXI - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

XXII - ter descumprido qualquer cláusula contratual, termo por escrito ou orientações e determinações escritas da gestão/fiscalização durante a execução dos contratos e/ou presente neste RILCC

Art. 212. A advertência será aplicável às infrações leves que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

§1º - A aplicação da sanção do caput deste artigo importa no seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CAERN, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não

§2º - A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERN ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme o caso

Art. 212 - A. A advertência constitui-se em um aviso por escrito emitido ao licitante ou contratado expedido pela autoridade competente, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, bem como nos casos de descumprimento de obrigação em fase de execução contratual.

Art. 212 - B. A sanção pecuniária, salvo no caso de obras e serviços de engenharia, será imposta ao licitante ou contratado, pela autoridade competente, por atraso injustificado, irregularidades cometidas no procedimento licitatório ou execução contratual e nos casos de inadimplemento contratual parcial ou total, e pode ser das seguintes espécies:

§1º Multa de mora – Aplicável pela demora injustificada para a execução do contrato. Tem caráter sancionatório cujo objetivo é penalizar o particular em relação ao atraso no cumprimento de prazo contratual, nos termos do art. 83 da Lei. n.º 13.303/2016, será aplicada nos seguintes percentuais.

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%;

§2º - Multa Compensatória – Possui natureza compensatória, possuindo como objetivo trazer uma compensação prefixada dos prejuízos causados à Administração pelo descumprimento de cláusula contratual, e incidirá no seguinte percentual no percentual fixo de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado da parcela não executada do contrato;

Art. 213. - No caso de aplicação de multa para contratos de obras e serviços de engenharia, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - nos casos de atraso de cronograma, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa perante responsabilização da contratada pelo atraso, a incidência de multa moratória nunca inferior a 1% (um por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada. Tal aplicação de multa poderá seguir uma escala de ocorrência e deverá ser ajustada conforme a taxa de responsabilidade da contratada pelo atraso, considerando:

RC% - Percentual de responsabilidade da contratada, conforme matriz de responsabilidade (0 a 100%)

PNE – Parcela não executada no período

TM – Taxa de multa (1 a 10%)

M – Multa

$$M = PNE \times TM \times RC\%$$

Primeira ocorrência – aplicação de TM=1%

Segunda ocorrência – aplicação de TM=2%

Terceira ocorrência – aplicação de TM=3%

Quarta ocorrência – aplicação de TM=4%

Quinta ocorrência – aplicação de TM=5%

Sexta ocorrência – aplicação de TM=6%

Sétima ocorrência – aplicação de TM=7%

Oitava ocorrência – aplicação de TM=8%

Nona ocorrência – aplicação de TM=9%

Décima ocorrência ou acima – aplicação de TM=10%

II - em caso de descumprimento de alguma cláusula contratual, termo por escrito ou orientações e determinações escritas da gestão/fiscalização durante a execução dos contratos ou deste RILCC, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa compensatória nunca inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 2% (dois por cento), totalizando um acumulado de até 5% (cinco por cento), sobre o valor do contrato. Tal aplicação de multa poderá seguir a escala de aplicação detalhada abaixo:

Primeira ocorrência – 0,5% (cinco décimos por cento)

Segunda ocorrência – 0,5% (cinco décimos por cento)

Terceira ocorrência – 1% (um por cento)

Quarta ocorrência – 1% (um por cento)

Quinta ocorrência – 2% (dois por cento)

§1º - Na hipótese do inciso I, em contratos com duração menor que 10 (dez) meses, a multa pode ser aplicada conforme análise de ocorrência utilizando uma escala maior, conforme entendimento da Diretoria.

§2º - Para os casos críticos e/ou superior a cinco ocorrências, deve ser avaliado o caso de rescisão contratual.

§ 2º Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

§3º - Após o regular processo administrativo sancionatório, havendo concordância da contratada quanto aos fatos e à incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com indicação pelo setor financeiro do procedimento para pagamento e inclusão da informação na relação de empresas penalizadas pela CAERN, para fins de registro.

§4º - Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

§5º - Não havendo quitação espontânea dos valores de multas aplicadas no prazo especificado, por parte da contratada, estes poderão ser descontados de eventuais créditos oriundos de qualquer execução contratual da contratada com esta Companhia, independentemente da existência de garantia, que poderá ser acionada na hipótese de inexistência de créditos

§6º - A não quitação na hipótese do parágrafo anterior importará na tomada de medidas judiciais cabíveis, salvo se para a execução da multa o montante seja inferior ao dos respectivos custos judiciais de cobrança, manifestando-se a respeito a UNLI – Unidade do Litigioso da Assessoria Jurídica;

§7º - A matriz de responsabilidade consiste numa análise acerca da responsabilização pelo atraso do empreendimento e/ou parcela a ser executada, utilizando a atribuição de percentual de responsabilidade pelo atraso para cada envolvido no processo, para cada entrega e/ou pacote de trabalho do objeto contratado e realizando procedimentos de cálculos ponderativos, de modo a se chegar a um percentual de responsabilidade pelo atraso, atribuído à contratada e a contratante.

Art. 213 - A. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à CAERN, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros. A suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar será imposta ao contratado ou licitante suspendendo-o temporariamente de participar de licitações e impedindo-o de contratar com a CAERN, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, usando como parâmetros os prazos abaixo fixados, sempre respeitando o limite máximo de 2 (dois) anos, que:

I - não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

IV - não manter a sua proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

V - o licitante/contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

VI - falhar na execução contratual, der causa à inexecução total ou parcial do contrato, sem motivo justificável;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de

1 (um) ano.

VII - após ter sido advertido, não manter as condições de habilitação na licitação durante a vigência do contrato ou de pagamento exigidos como condição à obtenção do recibo de adimplemento;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 1 (um) ano.

VIII - comportar-se de forma inidônea, apresentar documento falso, fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

§1º - A sanção ainda poderá ser aplicada ao licitante ou contratado nas seguintes hipóteses:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos (decorrentes de contratos com o Poder Público);

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

II - tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

§2º - Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

§3º - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 1 a 6 meses), média (de 7 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§4º - O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, estendendo-se os seus efeitos a todas as Unidades da CAERN.

§5º - A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§6º - Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAERN poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

§7º - A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida em período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada

Art. 214. - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERN, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Em caso de não cumprimento por parte da contratada às exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela FISCALIZAÇÃO, a **CAERN** poderá aplicar à mesma, a título de multa, por dia de não cumprimento às exigências e retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimo por cento) sobre o valor total do contrato.

A paralisação ou desmobilização dos serviços não autorizado pela FISCALIZAÇÃO, ainda que não exista descumprimento do Cronograma sujeitará a **CONTRATADA** ao não pagamento dos serviços realizados e a aplicação de multa, conforme alínea (a);

A execução de serviços sem autorização e/ou em desconformidade com as orientações técnicas da FISCALIZAÇÃO sujeitará a **CONTRATADA** ao não pagamento dos serviços realizados e a aplicação de multa, calculada conforme alínea (a);

O não atendimento aos parâmetros de SEGURANÇA DO TRABALHO sujeitará a **CONTRATADA** a aplicação de multa, calculada conforme alínea (a);

O atraso no cumprimento do cronograma sujeitará a **CONTRATADA** a aplicação de multa, podendo ser cumulativa, calculada conforme equação abaixo:

$$M = (Vp - Vr) \times F$$

M - Valor da multa

Vp - valor previsto para etapa no cronograma físico-financeiro

Vr - valor realizado da etapa no cronograma físico-financeiro

F - Fator progressivo percentual de aplicação da multa

39. ANEXO B - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA TEMPORÁRIA EM VIA PÚBLICA

A padronização da sinalização, identificação e isolamento de áreas, quando cumprida adequadamente, possibilita a execução da atividade de forma segura, além de proporcionar a fluidez do trânsito e a proteção dos trabalhadores e comunidade em geral. A seguir, serão descritas as medidas adequadas para obras, serviços e intervenções em via pública que devem ser seguidas e obedecidas por empresas contratadas.

Caberá ao Gestor e Fiscal do Contrato apresentar à **CONTRATADA**, com o apoio da USMT – Unidade de Segurança e Medicina do Trabalho, no ato da assinatura da ordem de início de serviço do contrato, as diretrizes e procedimentos referentes à sinalização, identificação e isolamento das obras e serviços, que esta deve se pautar, e obedecer, tomando por base o Procedimento de Sinalização de Segurança Temporária em Via Pública, elaborado por aquela Unidade.

39.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- Atender a todos os requisitos do Procedimento de Segurança sobre Sinalização Temporária em Via Pública, bem como as normas de sinalização de trânsito local, municipal, estadual e federal;
- Ministrar treinamento admissional e periódico sobre esse procedimento com seus colaboradores. O treinamento periódico deve ser realizado no mínimo a cada 06 meses;
- Instalar e manter o sistema de proteção e sinalização das obras até a sua conclusão. A alegação de furto ou vandalismo não constitui justificativa para situações inseguras ou sinalização deficiente.

39.2. PROCEDIMENTOS GERAIS A SEREM SEGUIDOS PELA CONTRATADA

- Todo e qualquer serviço só deverá ser iniciado com a devida sinalização e isolamento;
- Toda obra em via pública ou em faixa de domínio só poderá ser iniciada com prévio entendimento do órgão com circunscrição (PRF, PRE e STTU) sobre a via;
- Solicitar apoio das autoridades competentes de trânsito para interromper a via;
- Caso necessite relocar os pontos de ônibus e/ou de táxi, deverá ser solicitada aos órgãos competentes a devida autorização;
- Montar a sinalização de forma organizada, simétrica e visível, para melhor entendimento por parte das autoridades, transeuntes e condutores;
- Manter a sinalização em perfeito estado de conservação e disposição durante todo o serviço ou durante todo o tempo da intervenção;
- Toda sinalização e isolamento utilizados devem atender obrigatoriamente aos padrões estabelecidos no Procedimento de Segurança de Sinalização Temporária em Via Pública, bem como seus respectivos anexos, atendendo os aspectos visuais e dimensionais;
- Os serviços realizados em áreas rurais (estradas) com inexistência de trânsito de pedestres, veículos e animais, não estão excluídos deste procedimento. Deve-se garantir o mínimo de sinalização e isolamento, buscando adaptações aos cenários estabelecidos no Procedimento de Segurança;
- As regulamentações específicas dos órgãos municipais, estaduais, federais ou concessionárias devem ser atendidas na execução das obras, sem prejuízo as exigências definidas no procedimento de segurança. Existindo discrepância entre as regulamentações, prevalecerá obrigatoriamente a de maior rigor quanto à segurança;
- Todo canteiro, trecho de obras ou serviço, quando enquadrado pelo tipo de via e/ou característica da intervenção, deve estar devidamente identificado com placa padrão, conforme modelos definidos no Procedimento de Segurança.

39.3. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS A SEREM SEGUIDOS PELA CONTRATADA

- Apenas pessoal essencial à operação, devidamente treinado, pode permanecer na área de obra/serviço. Todo empregado deverá fazer uso de fardamento com tarja refletiva para permanência no local de obras e/ou serviços;
- Para atendimento ao item anterior, os empregados não enquadrados como operacional, os quais permaneçam na área de obra ou serviço, devem fazer uso obrigatório colete refletivo;
- Deve-se manter atenção especial em dias nublados, devendo fazer uso nestes casos da sinalização luminosa;
- Toda sinalização utilizada pela empresa contratada deve apresentar logomarca da empresa;
- A empresa contratada deverá fazer uso da logomarca da **CAERN** nas sinalizações com a menção de: "A serviço da CAERN + Logomarca CAERN". A área ocupada pelo texto citado mais a logomarca da **CAERN** deverá obrigatoriamente ser 50% inferior à logomarca da Contratada;
- Não será permitido que a Contratada faça uso de equipamentos de sinalização próprio e/ou exclusivo da **CAERN**;

NOTA: Todas as orientações e diretrizes acerca da aplicação do Procedimento de Sinalização de Segurança Temporária em Via Pública, elaborado pela USMT, encontram-se disponíveis em uma Cartilha própria, extremamente didática e ilustrada (USMT - Orientações de Segurança Sinalização Temporária em Via Pública USMT/GDH/DA - Fascículo 003/21 - Julho/2021), que deverá ser repassada à CONTRATADA, para que esta possa cumprir com suas obrigações adequadamente.

40. ANEXO D - METODOLOGIA PARA REPAROS EM VIAS URBANAS**40.1. INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E MANEJO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**

Os trabalhos só devem ser iniciados após a instalação dos equipamentos de sinalização e controle de tráfego nos locais indicados pelo encarregado responsável. Também é importante que os operários operem os materiais, equipamentos e ferramentas em lugares adequados.

Para a instalação da sinalização em vias de tráfego recomenda-se utilizar o disposto no Manual de Sinalização de Serviços da CAERN, ou em caso de inexistência o apresentado pelas secretarias municipais de mobilidade, e, também em caso de

inexistência, as disposições do Manual de Sinalização Rodoviária Emergencial do DNIT.

40.2. LIMPEZA DO LOCAL

Após a conclusão dos serviços, o encarregado responsável deve orientar a(s) equipe(s) e encaminhá-la(s) ao local onde serão recolhidos equipamentos, ferramentas e materiais excedentes. É fundamental que os resíduos e entulhos sejam removidos e deixados num local que não atrapalhem o trânsito de veículos e pedestres, longe de acessos de vias, portões, portas e janelas. Os resíduos e entulhos também devem ficar longe das bocas coletoras drenagem para evitar obstrução dos equipamentos de drenagem de águas pluviais.

40.3. DESMOBILIZAÇÃO

Após reunir todo o pessoal, o encarregado deverá autorizar o recolhimento do material de sinalização, sendo indispensável que esta remoção se dê na ordem inversa à instalação, de modo a garantir a segurança do tráfego e da equipe.

40.4. DEMOLIÇÃO DE ASFALTO E RETIRADA DE PARALELEPÍPEDO

O rompimento do asfalto deverá ser executado com ferramenta de corte apropriada, conforme previsto no orçamento. O material proveniente do rompimento deverá ser carregado e transportado a bota-fora, as expensas da CONTRATADA. A remoção do pavimento deverá ser feita manualmente, através de ferramentas apropriadas a este fim. Não será aceito que haja ampliação das dimensões orçadas para as valas devido ao uso de ferramentas inadequadas para essa finalidade. Os materiais passíveis de repavimentação deverão ser retirados com os cuidados necessários para permitir sua reutilização. Esse cuidado também é necessário para que não haja mistura de materiais que atrapalhe o reaproveitamento do material para reaterro. Não será aceito que haja maior necessidade de aterro ou bota-fora do que o orçado devido à retirada sem cuidado de materiais misturados.

40.5. DEPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

O material proveniente do bota-fora deverá ter destinação apropriada em local autorizado para essa finalidade. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação do local de recebimento do material.

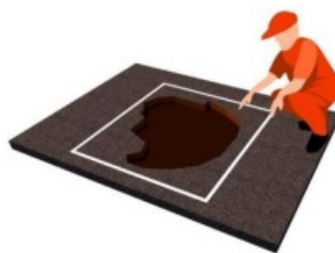
40.6. TAPA-BURACO COM CBUQ

40.6.1. REMENDO SUPERFICIAL DE PAVIMENTOS (TAPA-BURACOS) COM CBUQ:

O remendo superficial é o trabalho de conservação onde a área de atuação é somente o revestimento asfáltico. A realização dos remendos deve ser separada e executada de acordo com a profundidade do defeito existente no pavimento. As condições gerais para execução dos serviços estão dispostas na seção.

- Identificado o local da manutenção, deverá ser demarcada a área a ser reparada com tinta ou giz, conforme a Figura 6 abaixo, em formato de quadrilátero (quadrado, retângulo), com uma distância entre 5 a 10 cm da área afetada.

Figura 1 - Demarcação da área a ser recuperada



- Para preparar a área do remendo, corta-se o revestimento existente, inicialmente formando uma vala em torno da área degradada e, em seguida, verticalmente em cima da marcação descrita no procedimento anterior e ilustrada pela Figura 2. Para o corte utiliza-se, preferencialmente, a perfuratriz pneumática com implemento de corte e a serra corte concreto/asfalto. A utilização de chibancas e picaretas só é recomendável quando o pavimento tiver espessura inferior a 5 cm. É fundamental que a face do recorte faça um ângulo de 90° com o revestimento existente. O material solto deverá ser removido com a utilização de pás, enxadas e carrinho de mão ou mini carregadeira e descartado cuidadosamente, conforme item 3.1.

Figura 2 - Corte e remoção do revestimento asfáltico



- Emulsão asfáltica do tipo RR-2C diluída, com o distribuidor de asfalto. A emulsão deve ser diluída, no máximo, com 40% de água. A taxa de aplicação deverá situar-se em torno de 0,8 a 1,0 l/m² após a diluição com água. A película ligante deve cobrir totalmente as paredes e o fundo da cava, de acordo com a Figura 8 acima, ultrapassando cerca de 5 cm sobre o pavimento existente, de cada lado. Zelar para que a camada não seja fina ou espessa demais, nem se acumule em poças ou suje as proximidades.

Figura 3 - Corte e remoção do revestimento asfáltico



- O preenchimento da caixa poderá ser em CAUQ, faixa C do DNIT, com CAP 50/70, ou PMF com agregado de graduação densa. Se o material escolhido for CAUQ, verificar dosagem e temperatura de aplicação em projeto, devendo ser definidas conforme DNIT 031/2006-ES. No caso de ausência de projeto, recomenda-se que a temperatura de usinagem esteja dentro dos seguintes limites: entre 110 e 177 °C.
- O preenchimento deve ser cuidadoso para evitar desagregação, e iniciado 5 (cinco) minutos após a execução da pintura de ligação, devido à velocidade da ruptura da emulsão asfáltica. A massa deve ser bem espalhada, preenchendo todo o espaço formado pelo recorte, nivelando com o pavimento existente depois de compactado. Não é recomendado que o manejo da mistura asfáltica seja basculado na pista em forma de “monte” e retirado de maneira fracionada. É recomendado que seja mantida no caminhão basculante e retirada conforme a necessidade de utilização, com ajuda da mini carregadeira e, em seguida, levada ao local da intervenção. Para o espalhamento devem ser utilizadas ferramentas manuais (pás, enxadas, rastelos, rodos). É importante alertar que não se deve utilizar óleo diesel ou similar para limpeza ou “lubrificação” dos rastelos, visto que pode levar à oxidação prematura da mistura asfáltica.
- A compactação do material de preenchimento é dada por camadas, com espessura definida em projeto, através do emprego de rolo pneumático ou metálico liso. Quando necessário, na superfície da caixa e na fase inicial, emprega-se o compactador vibratório portátil. O número de passadas necessárias deve ser definido em projeto, permitindo a obtenção de grau de compactação de 97% a 101%.
- Nesta fase, deve ser dada atenção especial para a camada na junção da massa asfáltica nova com o pavimento existente, evitando deixar aberturas que permitam a penetração de água, de natureza pluvial ou adversa. A compactação com uso de rolos deve ser efetuada das bordas para a parte interna da área tratada e deverá persistir de forma complementar ao rolo pneumático ou metálico liso, objetivando sempre o grau de compactação já previsto em projeto. Recomenda-se que uma nova passada recubra a metade da passada anterior

40.7. **PARALELEPÍPEDOS**

- A demolição de pavimento existente será executada quando autorizado pela FISCALIZAÇÃO e dentro dos limites pré-determinados por ela. A demolição será manual, e corresponde à etapa de separação de suas unidades constituintes e sua deposição em montes para o posterior carregamento ou reassentamento. Faz parte integrante desse serviço a retirada dos materiais arenosos que envolvem as unidades do pavimento.
- Todas as pedras originárias da demolição de pavimentos poliédricos deverão ser reaproveitadas, ficando a sua guarda sob a responsabilidade da executante do serviço. Durante a execução da demolição do pavimento existente, deve evitar danos às canalizações, bocas de lobo, poços de visita, calçadas, etc.
- A pavimentação em paralelepípedos com rejunte em betume e pedrisco A execução de pavimentação em paralelepípedos pelo método bripar consiste no assentamento de pedras de formato regular sobre um colchão de

material granular, com posterior rejuntamento, utilizando brita graduada e emulsão asfáltica, e compactação. Essa pavimentação é executada sobre a base, a sub-base ou o sub-leito devidamente compactado e regularizado. Não será permitida a execução desse serviço em dias chuvosos. A execução da pavimentação em paralelepípedos pelo método bripar terá início somente após a liberação, por parte da fiscalização, de trechos da camada subjacente ao colchão. A fiscalização só autorizará o início desse serviço após a execução dos meios fios que delimitam a área do pavimento.







- O colchão deverá ser executado com areia, a qual deverá apresentar composição granulométrica enquadrada nos seguintes limites:
- O material deverá ser espalhado em uma camada uniforme sobre a base, a sub-base ou o sub-leito, ocupando toda a largura da plataforma. O colchão deverá apresentar espessura compatível com a altura especificada no projeto de engenharia para o conjunto pedra + colchão. Quando a fiscalização constatar a colocação na pista de material impróprio ou prejudicial, o mesmo deverá ser removido, correndo os encargos dessa colocação e remoção por conta da executante. Os paralelepípedos deverão ter origem granítica, sem apresentar veios, falhas, materiais em desagregação ou arestas quebradas.
- Os paralelepípedos serão aparelhados de modo que suas faces apresentem uma forma retangular. A face de rolamento deve apresentar uma superfície razoavelmente plana e com as arestas retilíneas. As faces laterais não poderão apresentar saliências ou reentrâncias acentuadas. Em nenhum caso, as dimensões da face inferior podem diferir da face superior em mais de 2 cm (dois centímetros). As dimensões dos paralelepípedos devem estar compreendidas dentro dos seguintes limites:
 - Comprimento 16 a 22 cm
 - Largura 10 a 14 cm
 - Altura 10 a 14 cm

Os paralelepípedos deverão também apresentar as seguintes características:

- Resistência à compressão simples superior a 1.000 kg/cm² (mil quilogramas por centímetro quadrado).
- Peso específico aparente mínimo de 2.400 kg/m³ (dois mil e quatrocentos quilogramas por metro cúbico).
- Absorção de água, depois de imerso durante 48 (quarenta e oito) horas, menor do que 0,5% (meio por cento) em peso. Linhas de referência deverão ser locadas longitudinalmente, uma no eixo e duas nas laterais da via, com estacas fixadas de dez em dez metros, obedecendo ao abaulamento previsto no projeto. As seções transversais serão dadas por linhas que se deslocam apoiadas nas linhas de referência
- O assentamento dos paralelepípedos deverá progredir dos bordos para o eixo e as fiadas deverão ser retilíneas e normais ao eixo da pista, sendo as peças de cada fiada classificadas pela largura de modo que não resultem variações superiores a $\pm 0,5$ cm (mais ou menos meio centímetro). As juntas longitudinais de cada fiada devem ser alternadas com relação às das fiadas vizinhas, de tal forma que cada junta fique defronte ao paralelepípedo adjacente e dentro de seu terço médio.
- O paralelepípedo, ao ser colocado sobre o colchão, deverá ficar cerca de 1 cm (um centímetro) acima do nível de projeto, de forma que sejam necessárias várias passagens do rolo compactador para assentá-lo no nível definitivo.
- Os paralelepípedos serão assentados de modo a manter juntas com abertura média de 2,5 cm (dois centímetros e meio).
- Os dois últimos paralelepípedos, junto aos meios fios, serão assentados com a maior dimensão (comprimento) paralela ao eixo da via, formando a linha d'água para escoamento de águas pluviais.
- Tão logo seja concluído o assentamento dos paralelepípedos, será iniciado o rejuntamento com brita n.º 1. A brita graduada n.º 1 é aquela que contém 40% (quarenta por cento) de brita com diâmetro correspondente à abertura das juntas entre os paralelepípedos e 60% (sessenta por cento) com diâmetro de até 9,2 mm (nove milímetros e dois décimos).
- Antes da colocação da brita graduada n.º 1, o excesso de areia nas juntas deverá ser retirado com o auxílio de um bastão de madeira ou metálico. O rejuntamento será executado espalhando-se uma camada de brita graduada n.º 1, limpa e sem pó, sobre o pavimento e, por meio de vassourões adequados, forçando-se a penetração desse material até preencher as juntas entre os paralelepípedos. Após uma varrição para retirada do excesso de brita, procede-se uma compactação com a utilização de placas vibratórias, tendo por objetivo adensar a brita e acomodar os paralelepípedos, nivelando a superfície do pavimento.
- Concluída a compactação de acomodação, a fiscalização deverá fazer uma vistoria para verificar a existência de pedras soltas ou viradas, ou qualquer outra irregularidade que venha a comprometer a qualidade do pavimento. Após a vistoria, dar-se-á continuidade ao rejuntamento, através da utilização de brita n.º 0.
- A brita graduada n.º 0 é um agregado fino proveniente de britagem, apresentando diâmetro compreendido entre 9,2 mm (nove milímetros e dois décimos) e 3,0 mm (três milímetros). O rejuntamento será executado espalhando-se uma camada de brita graduada n.º 0, limpa e sem pó, sobre o pavimento e, por meio de vassourões adequados, forçando-se a penetração desse material até preencher as juntas entre os paralelepípedos.

- A brita n.º 0 deverá ocupar os vazios deixados pela brita n.º 1. Após uma varrição para retirada do excesso de brita, tomando-se o cuidado para que não sobre brita sobre os paralelepípedos nem falte brita nas juntas, deve-se iniciar a aplicação da emulsão asfáltica nas juntas dos paralelepípedos. Recomenda-se a utilização da emulsão RR-2C, catiônica com viscosidade entre 140 (cento e quarenta) e 200 (duzentos).
- A utilização de outro tipo de material betuminoso deve ser previamente aprovada pela fiscalização. A emulsão será aplicada até que aflore na superfície do pavimento, preenchendo totalmente as juntas. O espalhamento do material betuminoso é executado por meio de depósito munido de torneira que se liga a mangueiras que levarão a emulsão, por corrimento contínuo, às juntas dos paralelepípedos.
- Não serão aceitas regiões ou juntas, por menores que sejam, sem rejuntamento asfáltico. A emulsão deverá ser aplicada a uma taxa entre 2 e 2,5 kg/m² (dois e dois e meio quilogramas por metro quadrado).
- Após a conclusão da aplicação do material betuminoso, o pavimento deverá ser compactado com rolo compactador liso do tipo tandem ou similar, com peso mínimo de 10 (dez) toneladas.
- A compactação deverá progredir das bordas para o centro da pista nos trechos retos e da borda mais baixa para a mais alta nas curvas, paralelamente ao eixo da via a ser pavimentada. Em cada passada, o equipamento deverá recobrir pelo menos a metade da faixa comprimida na passada anterior. As manobras do rolo devem ser feitas sempre fora do trecho em compressão.
- Se surgirem ondulações no pavimento após a compactação, executar-se-á uma compactação desondulante. Para tanto, a compactação será executada em forma de X, com o rolo partindo de um bordo da via, fazendo um ângulo entre 30º (trinta graus) e 45º (quarenta e cinco graus) com o eixo longitudinal, até atingir o bordo oposto. Em cada passada, o rolo deverá recobrir pelo menos a metade da faixa comprimida na passada anterior. Essa compactação será executada ao longo de toda a área pavimentada.
- Concluída a compactação em X, deve-se encher o cilindro traseiro do rolo compressor com água e executar uma compactação final.
- A compactação prosseguirá até não mais se observar nenhuma movimentação ou ondulação do pavimento.
- Concluída a compactação final, executar-se-á a irrigação da última demão de emulsão asfáltica, utilizando-se uma taxa entre 1 e 1,5 kg/m² (um e um e meio quilogramas por metro quadrado). Será utilizada a mesma emulsão aplicada anteriormente.
- Após a execução da pavimentação em paralelepípedos pelo método bripar, proceder-se-á a relocação e o nivelamento do eixo e dos bordos, admitindo-se as seguintes tolerâncias:
 - Variação máxima de altura de ± 1 cm (mais ou menos um centímetro) para eixo e bordos, desde que não ocorram cotas obrigatórias em relação ao greide final.
 - Flecha máxima de 1,5 cm (um centímetro e meio), quando determinada por régua de 3,00 m (três metros), na verificação do acabamento longitudinal da superfície. O colchão de material granular e o pavimento em paralelepípedos (método bripar) serão medidos e pagos separadamente. A medição do colchão será realizada pelo volume geométrico expresso em m³ (metros cúbicos).
- O volume de colchão será medido no campo pela fiscalização, tomando por base a largura da plataforma de pavimentação e as espessuras médias obtidas no controle geométrico. Será adotado, para efeito de pagamento, o menor valor entre o volume medido no campo e o volume indicado no projeto. A medição do pavimento em paralelepípedos (método bripar) será realizada pela área do pavimento executado expresso em m² (metros quadrados).
- Será adotado, para efeito de pagamento, o menor valor entre a área medida no campo e a área indicada no projeto. O preço unitário definido para o colchão deverá considerar todas as despesas para a execução do serviço, inclusive fornecimento, carga, transporte e descarga de material granular para mistura, espalhamento e homogeneização de material granular, outros materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e encargos sociais.
- O preço unitário definido para o pavimento em paralelepípedos, deverá considerar todas as despesas para a execução do serviço, inclusive fornecimento, carga, transporte e descarga de paralelepípedos, britas graduadas e material betuminoso, assentamento de paralelepípedos, rejuntamento com britas graduadas e material betuminoso, compactação, outros materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e encargos sociais. Quando se tratar de serviço de reforma de pavimentação em paralelepípedos pelo método bripar, deverá ser excluído do preço unitário o custo referente a fornecimento, carga, transporte e descarga de paralelepípedos.

41. **ANEXO C - QUADRO PARA REFERÊNCIA VISUAL - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

ÁREA A SER PROTEGIDA	NATUREZA DO SERVIÇO	EPI RECOMENDADO	REFERÊNCIA VISUAL
PROTEÇÃO DA CABEÇA	Todos os serviços objeto do contrato.	CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B, ABA FRONTAL, COM JUGULAR – COR AMARELA	
PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE	Todos os serviços com risco de impactos nos olhos, por partículas volantes, sólidas e/ou líquidas.	ÓCULOS DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO LENTE ESCURA – SERVIÇOS DIURNOS	
		ÓCULOS DE SEGURANÇA EM POLICARBONATO LENTE TRANSPARENTE – SERVIÇOS NOTURNOS	
PROTEÇÃO AUDITIVA	Todos os serviços com níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos nº 1 e 2.	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA.	
PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA	Todos os serviços de escavações e movimentação de terra seca, ou reposição de pavimentação em paralelo, e/ou asfalto, com utilização de betume e/ou concreto betuminoso a quente.	RESPIRADOR PEÇA FACIAL FILTRANTE 2 – PFF2 – SEM VÁLVULA.	
	Todos os serviços onde haja contato manual direto, e/ou por imersão, em áreas alagadas com água servida/esgoto.	RESPIRADOR SEMI FACIAL EM NEOPRENE COM DOIS FILTROS. (FILTROS PARA GASES ÁCIDOS E VAPORES ORGÂNICOS) COMPATÍVEIS COM A MÁSCARA.	
PROTEÇÃO PARA O TRONCO	Serviços com exposição à umidade pluviométrica, e/ou imersão em áreas alagadas com água servida/esgoto, sejam em áreas a céu aberto, ou galerias e poços subterrâneos.	CAPA DE PROTEÇÃO PARA CHUVAS.	
		CALÇA DE PVC COM BOTAS EM PVC ACOPLADAS.	
		JARDINEIRA DE PVC COM BOTAS EM PVC ACOPLADAS ou MACACÃO EM PVC, COM CAPUZ, LUVAS E BOTAS DE PVC ACOPLADAS.	

PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES	Serviços com manuais, com exposição e contato direto das mãos com agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	LUVA DE VAQUETA DE COURO, PUNHO CURTO, MODELO PETROLEIRO.	
	Serviços com manuais, com exposição e contato direto das mãos com agentes biológicos (água servida/esgoto).	LUVAS DE PVC, CANO MÉDIO (45/46cm), SEM FORRO, COM PALMA ÁSPERA.	
	Serviços com uso de martelete, e ou quaisquer rompedores de piso mecanizado, ou ainda máquinas e equipamentos de reposição de pavimentação em paralelo, e/ou asfalto, com exposição dos membros superiores à vibração contínua.	LUVAS DE PROTEÇÃO ANTIVIBRAÇÃO.	
PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES	Todos os serviços objeto do contrato. Proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos, e proteção dos pés contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e ainda os serviços de reposição de pavimentação em paralelo, e/ou asfalto, com utilização de betume e/ou concreto betuminoso a quente.	BOTINA DE COURO, BIDENSIDADE, COM BIQUEIRA DE PVC.	
	Todos os serviços objeto do contrato com exposição à umidade pluviométrica, e/ou imersão em áreas alagadas com água servida/esgoto, sejam em áreas a céu aberto, ou galerias e poços subterrâneos.	BOTAS DE PVC, CANO LONGO, SEM FORRO.	

NOTA: Esta é uma recomendação mínima e básica, do que é essencial recomendado para a segurança dos empregados da **CONTRATADA**, para os tipos de serviço a serem executados no objetivo do contrato. Caso se perceba, ao longo da prestação de serviços, a necessidade de recomendação de outros EPIs, não citados aqui, para situações particularizadas de serviços, estas poderão ser feitas no momento oportuno, tanto pelo responsável legal da área de Segurança do Trabalho da empresa contratada, quanto pelos integrantes do SESMT da contratante.

42. ELABORAÇÃO E REVISÃO

REV.	HISTÓRICO DE REVISÕES	RESP. ALTERAÇÃO	MAT.	ÁREA
00	Emissão Inicial	Jairo Ferreira	3930	RSC

01	Revisão 01	Jairo Ferreira	3930	RSC
----	------------	----------------	------	-----



Documento assinado eletronicamente por **Jairo dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 17/12/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38320231** e o código CRC **6C8BFB3C**.

Referência: Processo nº 03210446.000049/2025-49

SEI nº 38320231